



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 596/2013

Denomina Nassib Jabur o viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, no Município de Londrina.

Art. 1º Denomina Nassib Jabur o viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, situado no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator
Doutor EDBO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 103/2014

Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAIO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação da sede e do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 103/2014

Projeto de Lei nº. 103/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.505/1990 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 9.505/1990. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Fundação Solidariedade", com sede e foro no município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Curitiba" para "sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré"

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Chini



Dep. Francisco


Dep. Fernando P.


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu

APROVADO
25.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 105/2014

Altera a Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/2014

Projeto de Lei nº. 105/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.797, de 2 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.797/1976 - ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.797/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a "sede na cidade de Maringá" para "sede e foro no Município de Maringá".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

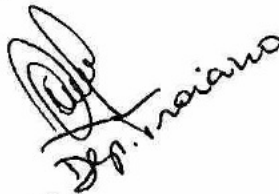
Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Tassinari


Dep. Moiano



Dep. Fernando P.


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu

PROVADO

25.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 106/2014

Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CANTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2014

Projeto de Lei nº. 106/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.140/1979 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS –S.O.S” PARA “S.O.S – GUARDA MINIM DE ARAPONGAS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



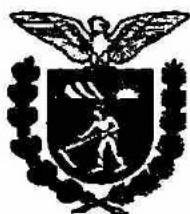
Lei 7.140/1979. Súmula: Declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS- S.O.S., com sede e foro na Cidade de Arapongas.

O projeto pretende modificar a denominação do "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS- S.O.S" para "S.O.S – Guarda Mirim de Arapongas", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

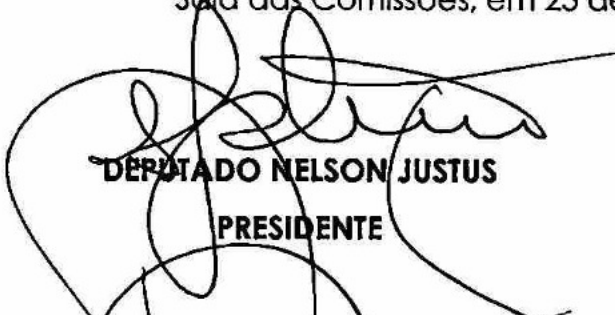


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Ari


Dep. Durini

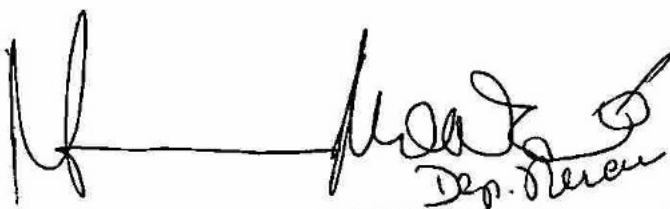

Dep. Carlos


Dep. Henrique


Dep. Luciano


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Dener

APROVADO

25.03.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV, 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 107/2014

Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CANTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro

15:02 26/02/2014 000901 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/2014

Projeto de Lei nº. 107/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, DA SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.243/1979 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE SANTA RITA DE CÁSSIA, DE CAMPO MOURÃO, COM SEDE NA CIDADE DO MESMO NOME” PARA “O CENTRO DE EDUCAÇÃO SANTA RITA – CEDUS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.243/1979. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Creche Santa Rita de Cássia, de Campo Mourão, com sede na Cidade do mesmo nome

O projeto pretende modificar a denominação da "Creche Santa Rita de Cássia, de Campo Mourão, com sede na Cidade do mesmo nome" para "Centro de Educação Santa Rita – CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

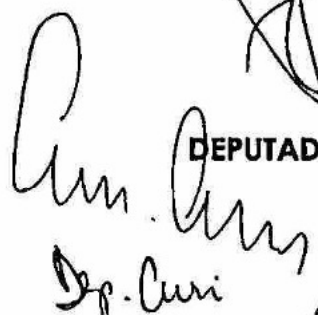
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Curi


Dep. Cordeiro


Dep. Hermes



Dep. Traiano


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nelson

APROVADO

25.03.14 



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

 PROJETO DE LEI 122/14

Súmula: Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 17.639, de 2013.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena da perda do benefício.

Parágrafo único. Os atuais consumidores, ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, BPC, da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013.



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 20/03/2014

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 007 /2014

Curitiba, em 25 de fevereiro de 2014.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 11 MAR. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna".

Atualmente o referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei dentro do prazo de vacância previsto no artigo 9º, sob pena de perda do benefício."

Com a presente proposta de alteração passará a ter, caso aprovado por essa Casa de Leis, a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena da perda do benefício".

Parágrafo único. Os atuais consumidores, ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, BPC, da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício, NE consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS."

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.168.526-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil,
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:25 11/03/2014 000999 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A presente medida visa garantir a manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna às famílias com o Benefício de Prestação Continuada, BPC, com respaldo na Resolução Normativa Nº572, de 13/08/2013, da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Em que pese os requisitos e prazos consignados em vista do necessário controle das solicitações de ressarcimentos às concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica, feito pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social mediante análise dos registros do Cadastro Único de Programas Sociais, entendemos de bom alvitre a dilatação de prazos para os atuais beneficiários do mencionado Programa, incluídos no Benefício de Prestação Continuada, até dezembro de 2014, considerando-se tratar-se de famílias extremamente pobres e socialmente vulneráveis com dificuldades de acesso às informações e aos procedimentos exigidos para o registro no Cadastro Único de Programas Sociais.

A dilação do prazo restringe-se aos atuais beneficiários do Luz Fraterna, beneficiários do BPC, desde que identificados pelo Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional de Seguro Social, exigindo-se aos novos beneficiários o que preconiza o art. 28 da Resolução 572/2013 da ANEEL e os requisitos dispostos no artigo 3º da Lei 17.639, de 2013.

Às concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica, na habilitação ao benefício, caberá indicar o Número do Benefício apresentado pelo beneficiário do BPC constante no extrato do benefício, na carta de concessão ou mediante verificação no site do INSS.

O Número do Benefício, NB, é um registro que permite ao gestor público, em casos de dúvida ou denúncia verificar a autenticidade e fidedignidade das informações utilizadas para a concessão do benefício do Programa Luz Fraterna, enquanto é providenciado o registro da família no Cadastro Único de Programas Sociais.

Considerando-se as dificuldades de cadastramento dos atuais beneficiários, reconhecidas na Instrução Operacional Conjunta Nº 12 – SENARC/SNAS/MDS, confirma-se pertinente a dilatação proposta.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pág.

058

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 17639 - 31 de Julho de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 9011 de 31 de Julho de 2013

Súmula: Dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna" e revoga as Leis Estaduais nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Programa "Luz Fraterna" estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 4º desta lei.

Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a fazer o pagamento dos valores decorrentes do consumo de energia elétrica e dos encargos e tributos federais decorrentes das situações abrangidas pelo Programa.

Art. 3º. Para ser beneficiário do Programa "Luz Fraterna", o consumidor deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I** - sua unidade consumidora deve pertencer à classe de consumo "residencial";
- II** - ser beneficiário do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal;
- III** - estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais, com o cadastro ativo e atualizado;
- IV** - ter renda familiar mensal per capita igual ou menor a meio salário mínimo nacional;
- V** - o consumo de energia elétrica do ciclo de faturamento mensal deve ser igual ou inferior a 120 (cento e vinte) kWh (quillowatt-hora), observada a periodicidade de leitura prevista pelo órgão regulador;
- VI** - não possuir mais de uma unidade de consumo de energia elétrica cadastrada em seu nome, mediante identificação pelo Cadastro de Pessoa Física - CPF.

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas um dos membros de um domicílio com o mesmo Código Familiar, registrado pelo Cadastro Único de Programas Sociais.

Art. 4º. Tem direito ao benefício, nos termos de sua regulamentação, a unidade consumidora com consumo mensal igual ou inferior a 400 (quatrocentos) kWh (quillowatt-hora), habitada por família inscrita no Cadastro Único, com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos nacional e que tenha entre seus membros residentes pessoa com patologia cujo tratamento médico requer o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para seu funcionamento, demandam consumo de energia elétrica.

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas uma unidade consumidora por pessoa usuária dos referidos equipamentos.

Art. 5º. Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras:

- I** - em que o consumidor beneficiário não reside no imóvel;
- II** - que não se enquadram nos critérios dos artigos 3º ou 4º.
- III** - que não se caracterizam como domicílio particular permanente;



IV - em que o consumo mensal seja igual a zero.

Art. 6º. Os valores pagos às empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica consistem na diferença entre o valor do consumo calculado com a tarifa residencial e os descontos do programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal.

Parágrafo único. Não são cobertos os valores referentes à contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, valores de multas, juros e correção monetária devidas em razão de atraso de pagamento, bem como outras despesas autorizadas pelo consumidor junto às concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica.

Art. 7º. Os valores serão pagos às empresas de acordo com normas estabelecidas em Decreto e mediante dotação orçamentária própria.

Art. 8º. As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei dentro do prazo de vacância previsto no artigo 9º, sob pena de perda do benefício.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013, ficando revogadas as Leis nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

○ Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

○

© -2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 122/2014

Projeto de Lei nº. 122/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 07/2014

SUMULA: Dá nova redação ao art. 8º da Lei 17.639/2013.

**EMENTA: NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 8º DA
LEI Nº 17.639/2013. POSSIBILIDADE.
LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO
INTERNO ALEP. ARTs. 65, e 87, IV DA CE. LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO.**

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639 de 2013, a fim de conceder dilação de prazo à adequação aos requisitos para manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna às famílias com o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Visa dessa maneira, garantir a manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna às famílias com esse benefício.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, Aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná *Liderança do Governo*



Assembleia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a
Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

Dessa forma, resta evidente a competência do Governador do Estado no tocante à criação de leis complementares e ordinárias.

Ademais, o projeto de lei em exame trata de atribuição de sociedade de economia mista e, conforme preceituado no art. 66 da Constituição Estadual, esse é um caso de iniciativa de proposição privativa do Governador do Estado conforme se vê:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Outrossim, insta ressaltar que a matéria objeto da presente proposição é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Nesse sentido, estabelece o art. 87, XX da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

Destarte, o Poder Executivo é manifestamente competente para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto ora examinado não importa em acréscimo de despesas.

Diante disso, restou evidenciada a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

Por fim, no tocante ao cumprimento dos requisitos de técnica legislativa dispostos na Lei Complementar Federal nº 95/98, o projeto ora em análise não encontra óbices.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

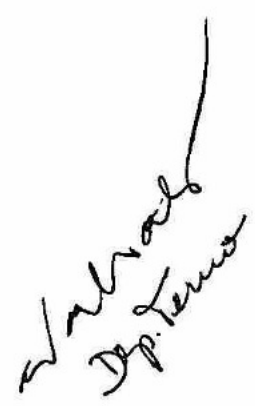
Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


Deputado Nelson Justus


Presidente


Deputado Ademair Trajano

Relator

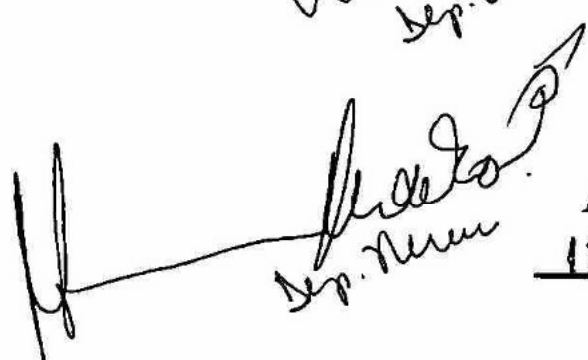

Dep. Tenu


Dep. Turini



Dep. Scaravara


Dep. Auri


Dep. Deicles


Dep. Nereu

APROVADO

18.03.14 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 122/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 007/14, objetiva dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa “Luz Fraterna”.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta visa garantir a manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna, dilatando o prazo aos atuais beneficiários do Luz Fraterna, desde que identificados pelo Número do Benefício, consignado pelo Instituto Nacional de Seguro Social.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, a proposta em questão, não apresenta acréscimo de despesas.

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões,

26/03/14

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

[Assinatura] Dep. Elcio

[Assinatura] Dep. Wilson

[Assinatura] Dep. Waldyr

[Assinatura] Dep. Buhner



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 142/14

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 250.000.000,00, para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vistas à financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná.

Parágrafo único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições e normas fixadas pelo BNDES.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder garantia diretamente ao BNDES, do principal e dos encargos da operação de crédito a que se refere o artigo 1º desta lei, por qualquer forma em direito admitida, inclusive mediante cessão dos direitos e créditos relativos ou resultantes das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Caso a operação seja garantida pela União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia, mediante cessão ou vinculação, em caráter irrevogável e irretratável, de modo pro solvendo, das receitas próprias a que se referem os artigos 155 e 157 da Constituição Federal, bem como dos direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado nos recursos arrecadados pela União, de que trata o artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal, na forma do artigo 167, § 4º, da mesma Constituição, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

- I- firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;
- II- abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do projeto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 24/03/2014

Presidente



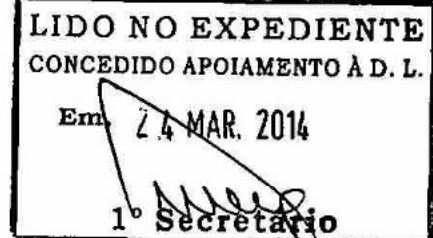
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 011 /2014.

Curitiba, 21 de março de 2014.

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vistas à implementação do *Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná*.

Este projeto é composto por dois programas, quais sejam: *Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos Estratégicos do Estado do Paraná* e *Programa de Capitalização da Conta-Garantia para os Projetos de Parcerias Público-Privadas – PPPs*.

O primeiro programa tem o objetivo de financiar os empreendimentos localizados no Estado em seus investimentos aderentes ao plano de governo. O segundo programa tem como foco garantir contratos e viabilizar projetos de Parcerias Público-Privadas no Estado do Paraná, cuja meta é a aplicação de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) em forma de financiamento direto a empresas e empreendimentos nos ramos de agricultura, comércio, indústria e serviços.

Insta salientar que o financiamento a investimentos do setor privado no país, em grande parte atendido pelo sistema BNDES, requer, em muitas situações específicas, a alocação de recursos apropriados, portanto, ter capacidade de usar recursos próprios para financiar ou completar os recursos de outras fontes de financiamento é essencial para atender às necessidades dos empreendedores no âmbito de um planejamento de governo.

Os principais ganhos a serem obtidos decorrerão do retorno econômico e de empregos gerados, com a previsão de 1.300 novos postos de trabalho e 4.000 indiretamente.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITALAJB/TGNBCA/prot. 13.115.863-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Programa de Capitalização da Conta-Garantia para os Projetos de Parcerias Público-Privadas – PPPs consiste em garantir contratos e viabilizar projetos de infraestrutura de Parcerias Público-Privadas no Estado do Paraná, por meio da Capitalização de recursos para a concessão de garantias no montante de R\$ 120 milhões em forma de financiamento direto ao sistema de garantia sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S.A., cuja meta do financiamento é de garantir contratos de projetos de Parcerias Público-Privadas na área de infraestrutura rodoviária.

Ademais, vale frisar que os investimentos das empresas que receberem apoio devem ser aqueles previstos nas normas do BNDES.

A existência de uma garantia é essencial para o funcionamento de uma Parceria Público-Privada (PPP). Esta conta possui como objetivo fornecer garantias de pagamentos de obrigações do parceiro público ao parceiro privado, sendo fundamental, pois, amenizar os riscos e instabilidades políticas existentes em um contrato de longo prazo, como é o caso dos projetos de PPP.

Os instrumentos de garantia foram inseridos no Brasil pela Lei Federal nº11.079 no Capítulo III, Artigo 8º. Ela estabelece que, ao se estruturar operações de Parcerias Público-Privadas (PPP), o Parceiro Público deve prover a constituição de Garantias (ou de Fundos Garantidores). No Paraná esse instrumento é garantido pela Lei Estadual nº17.046 no Capítulo VII, artigo 23º e pela Lei Estadual nº 17.904, de 02 de janeiro de 2014.

Em todas as leis, mobilizam-se Modelos de Garantia para ancorar, em caso de inadimplência, as Contraprestações que serão resultantes das PPP – ou seja, em parcela do montante de recursos que o poder público pode comprometer anualmente para custear os pagamentos aos Parceiros Privados que forem Concessionários das PPP estruturadas.

Os benefícios trazidos pelos projetos de Parcerias Público-Privadas que hoje estão sendo estudados e licitados pelo Estado do Paraná. Um deles, o Projeto do Corredor da PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves, visa duplicar, adequar e modernizar a rodovia que hoje se desdobra entre as maiores rodovias do Estado, com cerca de 220 Km de extensão. Ela está inserida em uma região econômica que representa cerca de 5,8% do PIB do Estado, ou seja, gera uma receita ao Estado de pouco mais do que R\$ 12 Bilhões ano, com destaque para as indústrias têxteis e para a agroindústria, sendo que o transporte de cargas representa cerca de 31% do trânsito da rodovia.

Para a sociedade como um todo, este projeto não apenas possibilita criar um vetor de crescimento econômico às cidades envolvidas, mas melhora as condições de vida da população.

O projeto do Corredor da PR-323 atenderá 14 municípios e com uma população de cerca de 650 mil habitantes, correspondendo a 6,3% da população do Estado.

Apenas o projeto de Parcerias Público-Privada do Corredor da PR-323 oferecerá a geração de 4 mil empregos durante a fase de obras e mais 885 empregos diretos e indiretos durante todo o período da concessão.

Cada projeto de Parceria Público-Privada possui níveis de investimentos em infraestrutura diferentes, porém pode-se prever comparativamente que um recurso na ordem de R\$ 120 Milhões alocados no sistema de garantia possui a capacidade de alavancar cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos em infraestrutura, seja ela nas áreas de infraestrutura rodoviária, infraestrutura energética, modernização institucional e dos sistemas de fiscalização.

A alocação no sistema de garantia tem a seguinte previsão: 1ª Aplicação: R\$ 60 Milhões em 2014 e 2ª Aplicação: R\$ 60 Milhões em 2015.

A implementação da aplicação do recurso será de responsabilidade da Fomento Paraná, que vai operar o crédito de acordo com as normas contidas na Lei Estadual nº 17.904/2014.

Os recursos privados alocados em cada Projeto de Parceria Público-Privada são destinados integralmente à execução dos serviços contratados.

Os recursos destinados ao sistema de garantia, objeto deste financiamento, serão destinados à capitalização junto a Agência de Fomento como forma de criar garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná.

A estratégia de implementação do Projeto se dará através do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, gerido pela Fomento Paraná, de modo que os recursos previstos da operação de crédito em tela serão integralizados no FDE.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/2014

Projeto de Lei nº. 142/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/14

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 250.000.000,00 para financiamento do Projeto de Investimentos para o desenvolvimento do Paraná.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BNDES ATÉ O MONTANTE DE R\$ 250.000.000,00 JUNTO AO BNDES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 87, XIX DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná.


REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, dispõe:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **competete privativamente ao Governador do Estado** realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

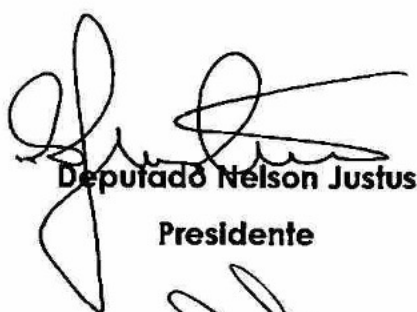


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

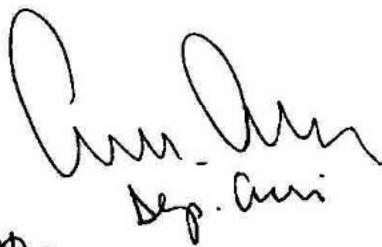

Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademar Traiano
Relator


Dep. Carli


Dep. Longhini


Dep. Tenuini


Dep. Curi


Dep. Scaramuzza


Dep. Hermenegildo


Dep. Nereu


Dep. Pastor

REGIME DE URGÊNCIA
25.03.14

APROVADO
25.03.14



PARECER

Projeto de Lei nº 142/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 11/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 250.000.000,00, para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná.

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como escopo autorizar o Estado do Paraná a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 250.000.000,00, para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná, que é composto por dois programas: i) *Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos Estratégicos do Estado do Paraná*, e ii) *Programa de Capitalização da Contra-Garantia para os Projetos de Parceria Público-Privadas – PPPs*.

Distribuído a esta Comissão para que, nos termos do art. 33-B, do Regimento Interno desta Assembléia, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que, o texto da proposição evidencia a inexistência de impacto financeiro-orçamentário ao Estado, respeitando-se integralmente os termos do art. 16, da Lei Complementar 101/00, na medida em que seu texto traz as seguintes previsões:

i) os prazos de carência e amortização, bem como taxas, juros e demais encargos, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, de acordo com as normas preestabelecidas pelo BNDES;

ii) as garantias a que o Poder Executivo fica autorizado a conceder não ultrapassam aquelas admitidas em direito, inclusive créditos de participação na arrecadação da União;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças




iii) fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, contratos, acordos, ou abrir créditos adicionais para a implementação dos projetos;

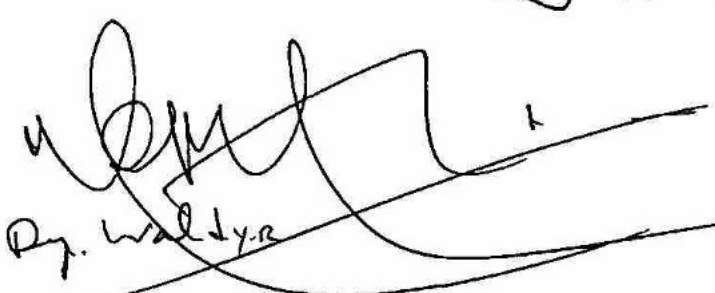
iv) a implementação da aplicação do recurso será de responsabilidade da Fomento Paraná.

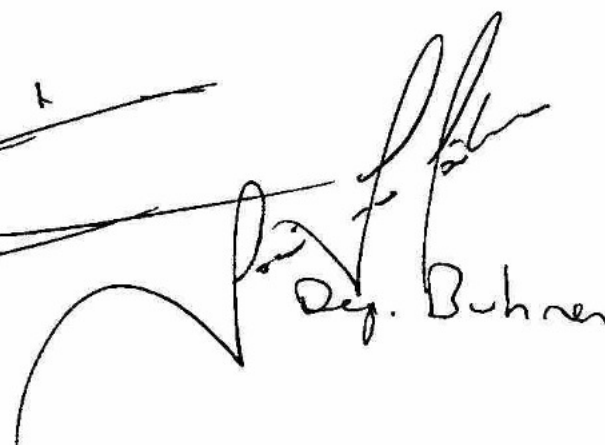
Dessa forma, identificado o fiel enquadramento da proposição às disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do projeto em tela.

Sala das Sessões, em 26 de março 2014.


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR


DEP. DONATO GUIMARÃES
PRESIDENTE


Dep. Waldyr


Dep. Bührer



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/2014

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 11/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná”*.

Os recursos de que trata esta operação de crédito deverão apoiar projetos com vistas à realização de aplicação em dois programas, sendo o primeiro programa com objetivo de financiar os empreendimentos localizados no Estado em seus investimentos aderentes ao plano de governo. O segundo programa tem como foco garantir contratos e viabilizar projetos de Parcerias Público-Privadas no Estado do Paraná, cuja meta é a aplicação de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).

Os instrumentos de garantia estão inseridos pela Lei Federal nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, no Capítulo III, artigo 8º, estabelecendo que ao se estruturar operações de Parcerias Público-Privadas (PPP), o Parceiro Público deve prover a constituição de garantias (ou de Fundos Garantidores), e ainda encontra amparo na Lei Estadual nº 17.046 de 11 de janeiro de 2012, Capítulo VII, artigo 23 e pela Lei Estadual nº 17.904, de 02 de janeiro de 2014.

A implementação da aplicação do recurso será de responsabilidade da Fomento Paraná, que vai operar o crédito de acordo com normas contidas na Lei Estadual nº 17.904, de 2014.

A estratégia de implementação do projeto se dará através do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, gerido pela Fomento Paraná, onde os recursos previstos da operação de crédito em tela serão integralizados no FDE.



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A proposição apresentada, encontra o amparo legal, não violando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso XIX do art. 86 da Constituição Estadual que reza:

“Art. 86. Compete privativamente ao Governador:


XIX – “realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia”.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

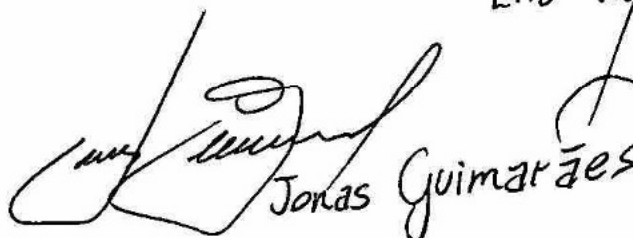
III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 1º de abril de 2014.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


ELCIO VIARI


Jonas Guimarães

DEP.


RELATOR
ELCIO RUSCH


Bührer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 044/2014-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de novembro de 2013, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 26 de março de 2014

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

Dep. Aníbal Kfury

Dep. Lécio de

Dep. Alexandre

Dep. Leônidas

Dep. Carlos Leite